ao Judiciário o seu reexame. Inexistência de ilegalidade. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

020. APELAÇÃO 0031774-47.2013.8.19.0209 Assunto: Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: MEIER REGIONAL 5 VARA CIVEL Ação: 0031774-47.2013.8.19.0209 Protocolo: 3204/2017.00492614 - APELANTE: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA ADVOGADO: ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA OAB/MG-080055 ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO OAB/MG-108654 APELADO: CONDOMÍNIO SPAZIO RIVERSIDE ADVOGADO: RODOLFO PAES DE ANDRADE BORZONE OAB/RJ-139963 ADVOGADO: ROBSON LUIS DA SILVA FERREIRA OAB/RJ-147928 **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. Ação de Cobrança de Cotas Condominiais. Sentença de procedência. Reforma. Construtora, promitente vendedora, que é a responsável pelo débito condominial até o momento da imissão na posse pelo promitente comprador. Entendimento assente do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal do Estado do Rio de Janeiro no sentido de que o proprietário somente se livra do pagamento da cota condominial a partir da imissão do promitente comprador na posse do imóvel. Neste contexto, as cotas condominiais são devidas pela proprietária até que comprove ter se demitido da posse da unidade habitacional, o que, in casu, ocorreu no dia 05 novembro de 2013. Recurso a que se dá parcial provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

021. APELAÇÃO 0076798-43.2013.8.19.0001 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 4 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0076798-43.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00496850 - APELANTE: CLECIO FERREIRA DE SOUZA FILHO ADVOGADO: REINALDO PEREIRA DOS SANTOS OAB/RJ-076388 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: ERICK RIBEIRO MAUÉS PAIXÃO ADVOGADO: PROCURADOR DO ESTADO OAB/TJ-000007 **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. Direito Constitucional e Administrativo. Policial Militar. Exclusão pelo Comandante Geral. Não vinculação do Comandante Geral ao parecer contrário da Comissão de Disciplina. Independência entre as instâncias criminal e administrativa. Mérito administrativo que não pode ser revisto pelo Poder Judiciário. Devido processo legal administrativo com contraditório e ampla defesa observados. Sanção administrativa que não se afigura ilegal ou desproporcional, de modo que não pode ser objeto de revisão pelo Poder Judiciário. Princípio da Separação de Poderes. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

022. APELAÇÃO 0044314-67.2012.8.19.0014 Assunto: Aquisição / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 4 VARA CIVEL Ação: 0044314-67.2012.8.19.0014 Protocolo: 3204/2017.00493183 - APELANTE: IRINEA DE ALMEIDA MIRANDA ADVOGADO: FLAVIO MOISES GOMES RODRIGUES OAB/RJ-140612 APELADO: MARILIA DE ALMEIDA DA SILVA ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000004 **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Funciona: Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. Ação de Reintegração de Posse. Imóvel construído em cima da casa da ré. Alegação da ocorrência de esbulho. Acordo formulado entre as partes para compor o litígio, por intermédio do qual a demandada pagaria pelas benfeitorias e acessões realizadas no imóvel pela autora. Pretensão de não homologação do negócio jurídico em virtude do "estado lastimável" de do imóvel. Demandada que está a restituir os gastos autorais com a construção do imóvel. Ausência de justa causa para invalidar a transação feita pelas partes, que tinham, ou deveria ter, conhecimento das condições do imóvel naquele momento. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

023. APELAÇÃO 0049367-68.2012.8.19.0001 Assunto: Locação de Imóvel - Inadimplemento / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 32 VARA CIVEL Ação: 0049367-68.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00485190 - APELANTE: JORGE RAIMUNDO BONNET RIBEIRO COLAÇO ADVOGADO: GUILHERME ZELKOVICZ COHEN OAB/RJ-170769 APELADO: CARLOS OTAVIO CAMPOS BARRETO ADVOGADO: HAIDEMIA LUCIA DO AMARAL CHERMONT OAB/RJ-070902 **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. Ação de Despejo por Falta de Pagamento. Inadimplemento confessado. Purga da mora não realizada. Imóvel prometido a venda. Desistência posterior que não afasta a legitimidade autoral para a cobrança do débito. Réu que não pagou os aluguéis nem para um, nem para o outro. Sentença de procedência. Manutenção. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

024. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0050533-65.2017.8.19.0000 Assunto: ISS/ Imposto sobre Serviços / Impostos / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: DUQUE DE CAXIAS CENTRAL DE DIVIDA ATIVA Ação: 0062884-80.2012.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00496866 - AGTE: BANCO BRADESCO S A ADVOGADO: RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN OAB/SP-226799 AGDO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. Execução Fiscal. Decisão que rejeitou a garantia ofertada - Seguro Fiança. Reforma. A Lei 13.043/2014 introduziu no art. 9º, II, da Lei 6.830/80 o "seguro garantia" como alternativa à penhora para efeito de garantia da execução fiscal. Medida que tem previsão legal e alcança a finalidade de assegurar o futuro pagamento do débito fiscal em discussão na demanda originária. Recurso a que se dá provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

025. APELAÇÃO / REMESSA NECESSARIA 0148306-83.2012.8.19.0001 Assunto: Isonomia Salarial - Servidor Público Civil / Isonomia/Equivalência Salarial / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 15 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0148306-83.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00484190 - APTÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC.MUNIC.: ERICK RIBEIRO MAUES PAIXÃO APDO: EVANDRO FREITAS MEDEIROS APDO: FELIPE ALVARO GOUVEA APDO: JOEL SANTANA VIANA ADVOGADO: ALESSANDRA CRISTINA VELLOSO DE OLIVEIRA OAB/RJ-197009 **Relator: DES. JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. 24%. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO LIMITADOS AO APONTAMENTO DE EXCESSO EXECUTIVO. SUPERVENIÊNCIA DA DECISÃO DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AFASTANDO O DIREITO DOS SERVIDORES AO REAJUSTE POSTULADO. TÍTULO QUE SE TORNOU EXIGÍVEL EM MOMENTO ANTERIOR AO TRANSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO DO STF. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO QUE NÃO SE RECONHECE. Ação de cobrança em fase de execução. Extensão do reajuste de 24% a servidor que não integrou o polo ativo da ação que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º, da Lei 1.206/87 e reconheceu o direito ao referido reajuste. Sentença de improcedência reformada para reconhecer em favor do autor a pretensão deduzida. Execução embargada ao fundamento da existência de excesso executivo. Parcial acolhimento para reduzir o quantum executado. Título que se tornou exigível em momento anterior ao transito em julgado do acórdão do Colendo Superior Tribunal Federal. Pretensão de reconhecimento da inexigibilidade do título que não prospera. Sentença de parcial acolhimento dos Embargos à Execução que se